Crise política obriga Sarney a adiar convocação do Congresso

Geraldo Magela

Sarney surpreendeu o Senado ao anunciar adiamento da convocação

A convocação extraordinária do Congresso, que aconteceria a partir da próxima segunda-feira, foi adiada para janeiro, informou ontem à noite o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), depois de conversar por telefone com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que está na China. Ao presidente, seus aliados argumentaram que o clima político não é favorável para manter os parlamentares em Brasília, e que sem a convocação em dezembro do Governo ganharia tempo para resolver o problema do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A preocupação era de que o Governo, com o Congresso funcionando por mais de uma semana, seria derrotado na supercomissão do Senado que investiga o projeto.

"Eu, o presidente Fernando Henrique e o presidente Luís Eduardo (presidente da Câmara) estamos de acordo que devemos encerrar nossos trabalhos amanhã (hoje), só retornando em oito de janeiro", anunciou Sarney durante sessão do Senado, surpreendendo a todos. A idéia é de que o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao retornar da China, encontre uma solução para o Sivam e adote ele mesmo as providências, evitando assim o acirramento da crise política instalada no Congresso com uma provável rejeição do projeto pelos senadores. Os parlamentares terão três semanas de folga.

Crise — O assunto da convocação extraordinária foi discutido durante todo o dia pelos presidentes da Câmara e do Senado. O clima de crise pesou na decisão de adiar a convocação desde o início das conversas com Fernando Henrique na China, mas a necessidade de votar ainda este ano matérias que dependem da anualidade levou os líderes políticos a confirmarem no meio da tarde que os trabalhos continuariam na próxima semana. À noite, depois de outros encontros, Sarney anunciou a suspensão e obrigou os senadores e deputados a permanecerem hoje na cidade para votar estas matérias.

Ontem à noite ainda, o presidente do Congresso tentou votar os projetos sobre as novas regras do Imposto de Renda para pessoa física e jurídica, estendendo a sessão até as 23 horas. E para hoje foi marcada uma sessão do Congresso Nacional, para votar os créditos suplementares, que, da mesma forma que os projetos do Imposto de Renda, têm que ser aprovados ainda este ano. O Orçamento Geral da União para 97 só deverá ser apreciado pelo Congresso em Janeiro. (D.F.)